

ALTERAÇÕES NA MORFOLOGIA DO TRABALHO NA INGLATERRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS:
REFORMISMO E QUESTÃO DE GÊNERO DO PÓS-CARTISMO À FUNDAÇÃO DO PARTIDO
TRABALHISTA¹

Changes in the morphology of work in England and their political consequences: reformism
and the gender issue from post-charitism to the foundation of the labor party

Thiago Romão de Alencar*
thiagoromaoalencar1505@gmail.com

RESUMO: A segunda metade do século XIX trouxe importantes mudanças para o mundo do trabalho britânico, especialmente o inglês: a fase monopolista do capitalismo e a expansão imperialista resultaram em uma nova configuração do mundo do trabalho na Inglaterra, com importantes desdobramentos políticos para a classe trabalhadora naquele país. Esse artigo tem por objetivo apresentar tais mudanças e desdobramentos, atentando para as contradições de gênero desse longo processo de adesão ao reformismo por parte da classe trabalhadora a partir da instituição do chamado “modelo do homem provedor”. Argumentaremos sobre o papel central de tal modelo nessa adesão, apresentando por fim um panorama do impacto desse modelo na militância da classe trabalhadora de fim do século XIX e seu principal desdobramento político, a fundação do Partido Trabalhista britânico.

PALAVRAS-CHAVE: Classes trabalhadoras; Gênero; Inglaterra.

ABSTRACT: The second half of the nineteenth century posed important changes for the British labour world, especially the English: the monopolist phase of capitalism and imperialist expansion brought about a new configuration of the labour world in England, with important political developments for the working class in that country. This article aims to present these changes and developments, focusing on the gender contradictions of this long process of working-class adherence to reformism through the institution of the so-called 'male breadwinner model'. We will argue about the central role of this model in this adherence, presenting an overview of the impact of this model on working class militancy at the end of the nineteenth century and its main political development, the foundation of the British Labour Party.

KEY-WORDS: Working Classes; Gender; England.

A fase monopolista do capitalismo e a expansão imperialista britânica impulsionadas a partir da metade do século XIX tiveram importantes e significativos desdobramentos em diversas áreas daquela sociedade. Essas alterações resultaram em uma nova configuração do mundo do trabalho na Inglaterra no tocante a processos de trabalho, às relações entre a burguesia e a classe trabalhadora, às novas organizações operárias e na relação destas com o Estado. Importantes consequências advieram para a política da classe trabalhadora daquele país, sendo a principal delas a adesão a uma política reformista pautada pela conquista e ampliação de direitos no interior de uma democracia parlamentar britânica em busca de consolidação. Tal adesão significou um paulatino distanciamento das táticas e estratégias do

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (151162/2022-0).

* Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

período anterior, marcado pelo cartismo e por um enfrentamento mais direto face ao capitalismo.

Esse artigo tem por objetivo apresentar tais mudanças e desdobramentos, atentando para as contradições de gênero desse longo processo de adesão ao reformismo por parte da classe trabalhadora, ressaltando o fundamental papel do chamado “modelo do homem provedor” nesse processo. Apresentaremos de início um panorama das alterações surgidas com a expansão do capitalismo monopolista, enquanto tratamos do surgimento de novos órgãos de classe por parte dos trabalhadores e trabalhadoras. Depois, daremos foco às implicações nas relações de gênero que tais mudanças trouxeram, em especial quanto à institucionalização do chamado “modelo do homem provedor”, jogando luz em aspectos via de regra ignorados pela historiografia clássica, tanto a de cunho economicista, como a politicista, ambas indiferentes às questões de gênero. Por fim, apresentaremos o impacto dessas mudanças na militância da classe trabalhadora, culminando em seu principal desdobramento político, a fundação do Partido Trabalhista britânico em 1900, argumentando como esta também se deu a partir de linhas generificadas, caracterizando a política do partido em seus primórdios. Para isso, nos apoiamos em extensa bibliografia especializada, sustentando a argumentação através da análise de fontes primárias tais como legislações pertinentes ao assunto tratado, dados oficiais dos sindicatos e referentes ao mundo do trabalho de uma maneira geral.

1. Capitalismo monopolista e a nova morfologia do trabalho na Inglaterra: da derrota do cartismo ao “novo sindicalismo”

Em razão do seu pioneirismo na Revolução Industrial, a primazia política e econômica inglesa se fez ainda mais presente e visível na segunda metade do século XIX. Economicamente, tal hegemonia se apoiava em seu virtual monopólio da produção industrial e do comércio mundiais: eram os tempos da Inglaterra “oficina do mundo”. O *boom* da era vitoriana se sustentou em indústrias de base vitais na expansão da segunda fase da industrialização britânica que, se ainda guardava grande peso para a indústria algodoeira, viu também na disseminação das ferrovias e das indústrias de suporte destas (como o carvão para o combustível e o ferro e aço enquanto matéria-prima das linhas férreas, dos navios da poderosa marinha britânica e do maquinário industrial) novos ramos onde a hegemonia britânica poderia se apoiar. Essa primazia garantia à Inglaterra o virtual monopólio dos

mercados europeus e norte-americano nesse primeiro momento com relação à produção de sua indústria pesada, essencial para a industrialização desses países, além de se beneficiar do aumento do consumo no seu mercado interno: por volta de 1870, o país era responsável por 2/3 da produção de bens de algodão e por metade da produção de ferro e aço do mundo (DAVIS, 2009, p. 74).

Outras mudanças decorrentes de todo esse processo tiveram lugar. Primeiramente, ocorreu o aumento absoluto e concentrado da classe operária propriamente industrial e urbana: o número de cidades com mais de 100 mil habitantes mais do que triplicou entre 1851 e 1911, passando de 10 para 36, abrangendo agora 44% da população total, contra 25% no período anterior.² Na porção norte da Inglaterra, tal alteração é ainda mais visível: a região ao longo do rio Mersey (abarcando a cidade de Liverpool e adjacências) teve sua população aumentada em 75% nas últimas três décadas do século XIX, enquanto ao redor do rio Tyne (Newcastle e adjacências), o número de habitantes aumentou em quase três vezes. Ao mesmo tempo, uma espécie de especialização geográfica se fez mais presente com relação aos diversos ramos industriais: cidades inteiras passaram a depender de uma única indústria ou ramo de atividade industrial, como no caso da indústria naval perto de regiões costeiras e de grandes rios, como o Tyne e o Clyde, e o da indústria do algodão no Lancashire, com seu clima mais propício.

A seguir, podemos apontar alterações significativas na composição ocupacional do conjunto das classes trabalhadoras. Seguindo o crescimento das indústrias de base que comandavam a economia britânica, nas últimas três décadas do século XIX o número de ferroviários quadruplicou, chegando a 400 mil indivíduos empregados nesse setor, enquanto os mineiros passaram de meio milhão para 1 milhão e 200 mil, ultrapassando em muito a média de crescimento populacional do período, que girou em torno de 60%. Igualmente, alterações na faixa etária e no gênero da classe operária foram vistas, com a diminuição do emprego de crianças e certa delimitação de áreas de trabalho específicas para as mulheres, como no trabalho nas minas a partir do ato legislativo de 1842 que regulou essa indústria, proibindo o trabalho feminino.

² Os dados desse parágrafo e dos seguintes constam em HOBBSAWM, 1987b.

Nesse interim, como resultado do *boom* econômico do período médio-vitoriano, surgiu igualmente o que se convencionou chamar de “aristocracia operária”,³ uma camada de trabalhadores que guardavam o seu valor graças ao conhecimento técnico adquirido em certos ofícios ainda não totalmente mecanizados, em contraposição a um contingente em constante crescimento de trabalhadores já completamente subjugados pela industrialização. Tal estrato de trabalhadores de fato experimentou melhoras no seu padrão de vida, nas suas condições de trabalho e até um aumento real dos seus salários, “podendo ser facilmente distinguíveis dos trabalhadores comuns quanto aos seus hábitos de vestimenta, seu comportamento e seu estilo de vida” (DAVIS, 2009, p. 96, tradução nossa). Essa melhora estava diretamente relacionada ao desempenho de determinadas indústrias no mercado mundial e à posição dessa indústria no interior da economia imperial britânica.

Essa forma de estratificação no seio da classe trabalhadora será um importante componente de sua organização classista, pois surgem aqui cada vez com mais força as associações cooperativas, as sociedades de auxílio mútuo e previdência e, em última instância, os sindicatos, pensados nessa altura ainda como instituições particulares, especializadas por ofícios, corporações reduzidas que se estruturavam “sobre a impossibilidade de substituição de certos tipos de habilidade manual, adquiridos após longos anos de treinamento e experiência” (HOBSBAWM, 1987a, p. 259). Altas taxas de filiação e de mensalidades e uma atuação delimitada geograficamente foram os principais meios que tais aristocratas do trabalho se utilizaram para “manter a exclusividade relativa que os separava dos ‘operários’, e que os salvaguardava até certo ponto contra a insegurança” (*idem*, p. 259). Nesse período que vai do imediato pós-cartismo até 1880, disseminou-se uma cultura até certo ponto herdeira das corporações de ofício e de estreitos horizontes políticos futuros, em muito motivada pela derrota do cartismo e pelas posições da aristocracia operária no conjunto da estrutura social britânica: subserviência e deferência visando promoções no interior de sua indústria caracterizavam o seu comportamento (DAVIS, 2009, p. 97-98).

Tais desenvolvimentos colocaram os trabalhadores qualificados em uma encruzilhada: se em 1851 “havia mais sapateiros do que mineiros de carvão, havia duas vezes

³ Reconhecemos que a noção de “aristocracia operária” requer um uso mais cuidadoso, sendo necessário um estudo mais detalhado, localizado espacialmente e com relação às indústrias em questão para uma melhor avaliação quanto à sua aplicabilidade empírica. No entanto, por mais que essa noção tenha gerado importantes debates na historiografia, seu valor heurístico é indiscutível quanto às questões propostas nesse artigo.

e meia mais alfaiates do que ferroviários, e mais trabalhadores na indústria da seda do que empregados do comércio” (HOBBSAWM, 1987b, p. 275-276), a tendência das décadas posteriores, acirrada a partir de 1870, foi a inversão desse quadro, com a diminuição ampla do nível de especialização requerido pelas novas indústrias em constante expansão – o que até certo ponto aproximava trabalhadores qualificados e não-qualificados e enfraquecia o poder de monopólio de saberes técnicos dos primeiros. As vantagens do imperialismo diminuía a distância entre qualificados e não-qualificados com relação ao custo de vida, ao mesmo tempo em que também ampliava o fosso que separava aqueles que se consideravam aristocratas do trabalho e as classes média e alta de forma ainda mais visível.

Assim, era questão de tempo até que as vantagens econômicas desses “aristocratas do trabalho” se tornassem irrelevantes com a ampliação da mecanização, a expansão do capitalismo monopolista e a queda do custo de vida ocasionada pelas vantagens que a Inglaterra imperial conseguia retirar de suas colônias. A conjuntura internacional havia mudado substancialmente: enfrentando a concorrência de nações industrializadas mais recentes – que se desenvolveram ao ponto de não precisarem mais depender da indústria de base britânica – a Inglaterra perdia terreno no mercado mundial ao competir com nações que partiam de uma base industrial mais desenvolvida, concentrada e centralizada com grande aporte estatal, como no caso da Alemanha de Otto von Bismarck. A economia britânica apresentava, àquela altura, uma tendência à estagnação e fraco poder de reação perante esses desafios. Como argumenta Davis (2009, p. 78, tradução nossa), “a verdadeira solução implicaria um vasto investimento de capital na indústria nacional, tanto para reequipar as indústrias básicas em declínio e tecnologicamente atrasadas, como para criar as mais recentes indústrias baseadas na ciência, utilizando tecnologia já conhecida na Grã-Bretanha. Nada disso aconteceu”.

O que aconteceu foi o aprofundamento e complexificação das relações econômicas entre a Inglaterra e suas colônias. Se antes a principal função delas era o fornecimento de matérias-primas à metrópole, agora elas adquiriam também a função de reserva de mercado para os produtos industriais britânicos, visando compensar a queda da participação britânica nos mercados mundiais. Aliada isso, a exportação de capitais britânicos também ganhou força no último quarto do século XIX, tanto em sua relação com outras potências capitalistas, como nos investimentos realizados nas próprias colônias. Qualquer que fosse o destino, a busca por

condições de valorização vantajosas aos proprietários desse capital aumentou a quantidade de ativos britânicos no exterior, de 700 milhões de libras em 1870 para mais de 4 bilhões em 1913 (DAVIS, 2009, p. 80). Ganhou corpo aqui uma tendência histórica que perdura até hoje na economia britânica: a questão da relação entre a balança de pagamentos britânica – às voltas com resultados negativos – e a compensação que os lucros provenientes dos juros do capital exportado representavam. Os saldos positivos na economia britânica cada vez mais dependiam da *City* enquanto centro financeiro mundial e cada vez menos da produção industrial britânica, o que, por outro lado, afastava o investimento de capital da área onde mais se necessitava dele: a própria indústria doméstica britânica.

Na política interna, a segunda Lei de Reforma eleitoral, de 1867 – que ampliou o número de eleitores homens em 1 milhão e meio ao incluir parte dos artesãos qualificados, considerando eleitores, pela primeira vez, membros da classe trabalhadora (DAVIS, 2009, p. 85) – trouxe mudanças qualitativas importantes: com a ampliação do direito ao voto, ainda que a conta-gotas, e o surgimento de uma espécie de política de massas, o voto dos operários foi ganhando importância tanto para liberais como para conservadores, as principais correntes políticas britânicas do período. Nesse mesmo período, os grandes industriais

descobriram que os mecanismos formais para facilitar as relações trabalhistas eram desejáveis de um ponto de vista comercial, e que a negociação de corpos de trabalhadores com corpos de patrões recebia vários graus de reconhecimento oficial ou não oficial. Este foi o período da legislação sindical de 1867-75, de vários corpos para a conciliação e acordos de escala móvel, da defesa dos sindicatos pelos comerciantes como meio para evitar perturbações (HOBSEAWM, 2015a, p. 427-428).

Com relação a organização da classe trabalhadora, o fenômeno mais importante deste período sem dúvidas é a emergência do que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”, consequência direta das alterações na estrutura ocupacional britânica: sindicatos amplos, nacionais, centralizados, abarcando várias ocupações na mesma cadeia produtiva e com taxas de filiação que permitiam o pagamento regular de oficiais sindicais em tempo integral. Ocorreu uma “transformação substancial das condições materiais de vida da classe operária e do que poderia ser chamado de norteameritização social e institucional da classe operária, de um lado a outro do território da vida nacional” (HOBSEAWM, 1987b, p. 280), a partir do qual “aquele agregado de microcosmos que formava o mundo do trabalho britânico, aquela coleção de pequenos mundos, com frequência estritamente autônomos, pôde se transformar num fenômeno nacional” (*idem*, p. 278). Os mecanismos de negociação coletiva

– àquela altura incentivados pelas classes dominantes, como já vimos – foram desde o início aproveitados por esses novos sindicatos, que souberam tirar vantagem da posição econômica de suas indústrias no mercado britânico e mundial. Mas tal opção tinha consequências importantes: William Allen, líder de um dos principais sindicatos “novos” (a Sociedade Amalgamada dos Mecânicos Especializados), deixou claro que, em seu sindicato, “o conselho executivo e os membros de uma forma geral são avessos a greves. Eles são da opinião de que as disputas devem ser resolvidas de uma forma que não envolva greves ou locautes” (citado por DAVIS, 2009, p. 100, tradução nossa).

Tal posição não é um fato histórico que surge de um dia para o outro: é maturada e gestada ao longo de décadas de luta e acomodação. No caso britânico, esse percurso passa pela revogação do *Combination Act* em 1824⁴ e a consequente permissão para organizações sindicais, ainda que estritamente reguladas pelo *Combinations of Workmen Act* do ano seguinte,⁵ tendo na derrota histórica do cartismo na década de 1840 um dos seus pontos-chave. Como descreve Dorothy Thompson (1993, p. 79, tradução nossa), o período do cartismo foi caracterizado pela crença na “possibilidade de grandes mudanças na estrutura do poder e autoridade na sociedade britânica, o que resultaria em mais sistema igualitário e humano”. Com a derrota deste e, ao mesmo tempo, a possibilidade de concessões por parte das classes dominantes por conta do desenvolvimento industrial e imperial britânico, cada vez mais abandonou-se a discussão da derrubada do sistema capitalista do período cartista e aproximou-se mais de negociações por melhoria no interior do sistema, debatendo-se apenas o caráter dessas alterações, ao mesmo tempo em que assistimos a alterações fundamentais na maneira da classe trabalhadora de fazer política, como vimos anteriormente, em grande parte, como resposta às proibições impostas por lei.

A culminação desse processo foi a promulgação do *Trade Union Act* em 1871, que, revogando o *Combinations of Workmen Act* de 1825, por fim legalizou as atividades sindicais. O *boom* econômico propiciado pela expansão imperial abriu espaço para uma nova

⁴ O *Combination Act* proibia trabalhadores de se organizarem coletivamente com o objetivo de negociar salários ou melhores condições de trabalho.

⁵ O *Combination of Workmen Act* surgiu em resposta à grande onda de greves ocorrida após a revogação do ato de 1824. Seu principal objetivo foi o retorno da proibição de greves e outras estratégias de luta e organização que interrompessem o trabalho de alguma forma com vistas a negociar melhoras nas condições de trabalho ou redução da jornada de trabalho, o que reduzia em muito o escopo de atuação dessas associações, que se voltaram para beneficência e outras funções sociais.

configuração das relações industriais no país, ainda que estas carregassem marcas de períodos anteriores. O trauma do cartismo, ao mesmo tempo em que afastou a classe momentaneamente de embates mais diretos, trouxe por consequência uma maior hostilidade com relação ao Estado, que “derivava de atitudes de desconfiança ou antipatia da classe trabalhadora em relação àquelas instituições existentes que eram a expressão da política social nacional” (PELLING, 1968, p. 2, tradução nossa). Dessa forma, como explica Hyman (2001, p. 67, tradução nossa),

o sindicalismo britânico tinha criado raízes profundas e conseguido tanto a tolerância passiva dentro da lei como o reconhecimento hesitante por parte dos principais empregadores. A forma típica de associação era localizada e profissionalmente específica, e os objetivos típicos eram tão retrógrados quanto prospectivos: a defesa do direito ao trabalho, métodos tradicionais de organização do trabalho e níveis de salário definidos. O princípio mais apreciado tornou-se a “negociação coletiva livre”: o direito dos sindicatos e dos empregadores de resolverem as suas diferenças, qualquer que fosse a base que considerassem mutuamente aceitável. O que ficou conhecido como a “tradição do voluntarismo” (...) implicou uma desconfiança em relação à lei e aos tribunais, uma relutância em ver os direitos laborais individuais regulamentados legalmente e uma muito maior resistência à regulamentação legal das relações coletivas de trabalho. Um sintoma foi a presunção de que os acordos coletivos deveriam ser abertos, temporários, provisórios, e não-executáveis exceto através de um equilíbrio de força industrial.

É a ascensão desse movimento inspirado nessas premissas a partir de 1880 que resultará de maneira fundamental e decisiva no acontecimento mais importante da política britânica nessa quadra histórica: a fundação do Partido Trabalhista em 1900. Ainda que o impacto de tal movimento seja difícil de ser medido quantitativamente devido à ausência de números oficiais confiáveis para o período anterior a 1892,⁶ o período do novo sindicalismo deve ser interpretado a partir do seu papel político e ideológico na organização sindical britânica e, principalmente, pelas marcas que valores e práticas sustentadas inicialmente por essa aristocracia operária deixaram no desenvolvimento posterior do movimento trabalhista britânico, em especial a questão do reformismo.

2. O reformismo da classe trabalhadora inglesa e a questão de gênero

O quadro que traçamos até aqui deixou implícito um percurso de progressiva adesão ao reformismo por parte da classe trabalhadora britânica, ocorrido ao longo do século XIX e

⁶ Davis (2009, p. 101) aponta de forma aproximada um crescimento de 100 mil sindicalizados em 1850 para algo em torno de 1 milhão em 1874.

tendo como marco inicial a derrota do cartismo. Essa questão foi grande ponto de debate na historiografia britânica, e tal debate, grosso modo, girou em torno da avaliação quanto à origem política desse reformismo: se exógeno e imposto de fora à classe trabalhadora como mais um mecanismo de dominação e controle social/ideológico (FOSTER, 1977), ou, por outro lado, se seria uma característica desenvolvida por tal classe a partir de uma ressignificação própria do que lhe era imposto pelas classes dominantes, com base em determinadas condições e relações específicas, ainda que em constante contradição e renegociações de acordo com a correlação de forças, e só possível graças ao desenvolvimento econômico exponencial britânico que propiciava certas concessões aos subalternos (KIRK, 1985). Tais análises – que no geral se pautam no trinômio sindicalismo-economicismo-imperialismo – primam por ignorar um aspecto essencial dessa adesão: o papel do modelo do homem provedor e sua influência nas práticas e demandas políticas dessa classe trabalhadora a partir da segunda metade do século XIX.⁷

A instituição do modelo do homem provedor e a adesão da parcela masculina da classe trabalhadora a ele envolveu alterações significativas nas relações e processos de trabalho, na forma de organização dos lares e, obviamente, nas relações entre os gêneros. De início, desde os primeiros sinais de uma revolução industrial na Inglaterra, ainda no fim do século XVIII, era comum que o trabalho envolvido na produção em diferentes ramos fosse realizado em parte ou na sua totalidade por todos os integrantes do núcleo familiar. Secombe (1986, p. 58, tradução nossa) mostra como a ideia do trabalhador homem enquanto chefe de família e provedor único ou principal da renda familiar “certamente *não* era a ideia prevalecente entre os proletários no século XVIII”. Na economia pré-industrial, cuja produção era basicamente doméstica, “lar e comércio, reprodução social e produção, homens e mulheres, crianças e adultos, se localizavam no mesmo mundo de experiência cotidiana” (LASLETT; BRENNER, 1989, p. 386, tradução nossa).

O avançar e a disseminação da Revolução Industrial aprofundou a retirada dos trabalhadores dos seus meios de produção e subsistência, e conseqüentemente lhes tomou o controle sobre o próprio processo de trabalho, agora confinado entre as paredes das

⁷ Para uma abordagem recente que relaciona os ganhos econômicos e o arcabouço ideológico do imperialismo com o reformismo da classe trabalhadora a partir do conceito de “social-imperialismo”, mas que ignora as contradições de gênero desse processo, ver o estudo de caso de Redfern (2020) sobre a indústria algodoeira britânica.

modernas fábricas e regulado pelo relógio do pátio em seu novo ambiente de trabalho. Com essa dupla perda, como afirmam Laslett e Brenner (1989, p. 389, tradução nossa), “as famílias perderam sua capacidade de coordenar tarefas produtivas e reprodutivas”. A perda de tal capacidade significou a separação irrevogável entre o trabalho de reprodução social⁸ e o que passou a ser conhecido como “trabalho produtivo”, realizado de forma independente do primeiro nas fábricas, minas e outros lugares, em troca de um salário individualizado. Ao mesmo tempo, a preservação e a reprodução da força de trabalho paulatinamente se vincularam às relações de mercado e mediadas pela forma-salário, além de serem realizadas cada vez mais de maneira particular e privada no lar.

Sob essa nova configuração, “trabalhar” passou a significar exaustivas horas de labuta em condições insalubres e com salários baixíssimos, onde, em um primeiro momento, mulheres e crianças eram preferidas por seu trabalho tratado como mais barato e por sua pretensa docilidade. Nesse contexto, “os imperativos de produção e de reprodução apareciam em contradição direta um com o outro” (FRASER, 2017, p. 26, tradução nossa), posto que a exploração sobre crianças e mulheres resultou em uma

crise em ao menos dois níveis: uma crise de reprodução social entre os pobres e as classes trabalhadoras, cujas capacidades de sustento e recuperação foram exploradas até um ponto de ruptura; e um pânico moral entre as classes médias, que se escandalizaram com o que entenderam como a “destruição da família” ou a “dessexualização” da mulher proletária (*idem*, p. 26, tradução nossa).

A solução para essa crise, que ameaçava esgarçar o tecido social ultrapassando limites incontornáveis, foi a criação de legislações específicas sobre o trabalho infantil e o feminino, limitando esse trabalho.⁹ Vosko (2010) mostra como, ao longo do século XIX e no

⁸ Uma definição clara e simples do que é a reprodução social pode ser encontrada no trabalho Laslett e Brenner: segundo as autoras, o termo “reprodução social” se refere “às atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida diariamente e ‘intergeracionalmente’. (...) Reprodução social deve então ser vista como incluindo vários tipos de trabalho – mental, manual e emocional – no sentido de prover o tipo de cuidado definido historicamente, socialmente e biologicamente, necessário para manter a vida existente e reproduzir a próxima geração. E a organização da reprodução social se refere a uma variedade de instituições no interior das quais esse trabalho [de reprodução social] é realizado, as estratégias variáveis para cumprir tais tarefas, e as diferentes ideologias que moldam e ao mesmo tempo são moldadas por ele” (LASLETT; BRENNER, 1989, p. 382-383, tradução nossa).

⁹ Aqui, cabe um importante parêntese a respeito da regulação do trabalho infantil. Nardinelli (1980) argumenta que a questão do trabalho infantil deve ser vista com cautela e não deve ser generalizada: este fora mais presente na indústria têxtil, em especial nas primeiras fábricas movidas à energia hidráulica, construídas nas regiões rurais onde havia disponibilidade de correntes de água. Tais regiões, devido a lei dos Pobres de 1834 – que desencorajava a migração em certas situações –, sofriam com certa escassez de mão-de-obra masculina adulta,

começo do século XX, os países centrais do capitalismo, sob a justificativa de “proteção” da mão-de-obra feminina, impuseram limitações legais com relação ao trabalho noturno e ao manejo de substâncias nocivas à sua saúde, além de estabelecerem salários mínimos menores para indústrias predominantemente femininas e proteção à maternidade, regulando de forma incisiva o trabalho *fabril* das mulheres. Assim, com a progressiva limitação e em muitos casos proibição legal de seu trabalho, vivendo numa sociedade onde o assalariamento era base para a subsistência, as mulheres sofreram um rebaixamento de seu papel econômico e político e de sua cidadania ao terem sua atuação relegada à esfera doméstica, tornando-se assim dependentes dos homens economicamente e, por consequência, politicamente, no mesmo período em que os homens ingleses conseguiam paulatinamente ampliar o seu espaço de atuação política com o reconhecimento dos sindicatos e a ampliação (ainda que por estágios) do seu direito ao voto.

As primeiras legislações no sentido de regular e proibir o trabalho feminino em diversas áreas surgiram nesse contexto, e o discurso predominante atacava as mulheres casadas por negligenciarem suas “tarefas domésticas” ao trabalhar fora de casa, mas também as solteiras, que não deveriam trabalhar em atividades degradantes ao lado de homens que não fossem de sua família e deveriam ficar em casa para aprender as tarefas domésticas com suas mães e se tornarem esposas competentes no futuro. Desta forma, a ideologia do homem-provedor – ainda que fosse um modelo que na prática raramente foi alcançado – onde o homem ficaria responsável pelo trabalho assalariado e o sustento de sua família e a mulher ficaria encarregada do trabalho de reprodução social realizado privadamente, no lar – se tornava um ideal normativo para o conjunto da classe trabalhadora, tanto para os qualificados, que de fato podiam em algumas ocasiões fazer jus a ele, como para os não-

e os proprietários não viram problema em recorrer à força de trabalho infantil para suprir essa carência. Com a invenção da máquina a vapor, por volta já da década de 1820, o local de instalação das manufaturas têxteis se tornou independente da questão da disponibilidade de correntes de água, permitindo a instalação de manufaturas no meio urbano e contornando assim o problema do recrutamento da força de trabalho. Somado a outros fatores relativos ao funcionamento das novas máquinas de fiar e das funções necessárias a tal funcionamento – como a queda na demanda de buscadores de peças, uma das principais funções desempenhadas por crianças na manufatura têxtil nos primórdios da Revolução Industrial, e que agora caía em desuso graças à maior resistência das novas máquinas e ao menor risco de quebra destas –, na verdade o que se vê é que o ato legislativo de 1833 – o primeiro a proibir o emprego de menores de 9 anos e a limitar o das crianças de 9 a 12 anos nas indústrias têxteis – seguiu uma tendência que já vinha sendo observada no setor. O que o ato fez foi acelerar essa tendência ao sancioná-la legalmente, tendo por principal consequência a substituição do trabalho infantil pela força de trabalho feminina que, como mostra Nardinelli (p. 744), ultrapassou os 50 pontos percentuais pela primeira vez logo após a instauração do ato, permanecendo maioria no setor têxtil.

qualificados, que viam neste ideal um objetivo a ser alcançado, se inspirando nele para empreender suas negociações salariais e suas lutas sindicais.

A reestruturação das esferas da produção e da reprodução social ocorrida ao longo do século XIX correspondeu, portanto, a uma reorganização da relação entre os gêneros. Intensificaram-se assim noções ideológicas que se baseavam em explicações e justificações de supostas diferenças inatas entre os gêneros e seus papéis sociais, e reforçando explicitamente como tais diferenças transformavam-se em relações de dependência apropriadas para as mulheres, mas não para os homens trabalhadores,¹⁰ que cada vez mais desenvolviam sua militância política a partir do seu papel enquanto trabalhadores *assalariados e únicos provedores de suas famílias*: em 1875, por exemplo, Henry Broadhurst, secretário do TUC¹¹, decretava que o objetivo do movimento sindical deveria ser “forjar as condições em que esposas e filhas estariam em sua esfera apropriada, em casa, ao invés de serem arrastadas para competirem pela sua subsistência com os homens” (citado por BOSTON, 1980, p. 16, tradução nossa). Como mostra Clark (2000, p. 261, tradução nossa), a trajetória do ideário do salário-família não foi linear, se desenvolvendo progressivamente ao longo do século XIX, sendo de início visto “um raro privilégio e uma responsabilidade”, para se tornar em um segundo momento “uma recompensa normativa para a respeitabilidade” e, por fim, “um direito”, percurso esse que coincidiu tanto com a expansão imperialista e seus efeitos na economia britânica, como com o maior reconhecimento da importância dos sindicatos nas relações industriais, descritos na primeira parte do artigo.

Salvo raras exceções, mas importantes exceções, essa foi a linha seguida por grande parte dos sindicatos britânicos ao longo de boa parte do século XIX e que se refletiria na política adotada pelo Partido Trabalhista em suas primeiras décadas de existência. Jordan (1989) traz uma importante argumentação a respeito da manutenção do emprego feminino em certos ramos ao longo do século XIX, centrando sua explicação na forma de organização

¹⁰ Como explica Rose (1993, p. 15, tradução nossa), “a masculinidade estava ligada por um sistema complexo de representações ao louvado valor vitoriano da respeitabilidade. Ser masculino era ser honrado e respeitável, o que significava ser corajoso, forte e independente. Para uma mulher, pelo contrário, ser honrada e respeitável significava ter as virtudes da pureza sexual, domesticidade, e a maternidade”. Sobre a relação da classe trabalhadora com a questão da “respeitabilidade” vitoriana, ver Kirk (1985), em especial o capítulo 5, que versa sobre a difusão da ideia de respeitabilidade em determinados estratos da classe trabalhadora, e sobre como esse processo teve por desenvolvimento político um abandono, por parte desse estrato, de táticas disruptivas com relação ao sistema capitalista, e a preferência por negociações e melhorias em seu interior, em um período em que a classe trabalhadora conseguiu arrancar certas concessões do sistema capitalista.

¹¹ *Trade Union Congress*, a central sindical britânica fundada sete anos antes.

de alguns ramos produtivos no período pré-industrial e no grau de interferência do capitalismo monopolista quanto ao processo de trabalho nesses ramos. Segundo Jordan (1989, p. 276, tradução nossa),

As mulheres continuaram a ser empregadas em indústrias onde a transição para o industrialismo foi gradual, mas foram excluídas de novos campos e de indústrias que passaram por uma reorganização radical. Elas eram empregadas em indústrias (como itens metálicos, meias e cardadeiras) onde, nos estágios iniciais, os empreendedores tinham subcontratado a fabricação para pessoas que trabalhavam em suas próprias casas, e depois, em um período posterior, recolhiam os trabalhadores juntos em fábricas ou oficinas. Estas se desenvolveram lentamente – a partir de uma organização de subcontratação em larga escala, previamente existente. As mulheres também foram encontradas naquelas indústrias (como a mineração rasa de carvão e a fiação do algodão) onde uma forma de subcontratação era utilizada nos estágios iniciais. Isto exigia que um homem fornecesse e pagasse seus próprios assistentes (o homem em tais casos geralmente escolhia sua própria esposa e filhos). Por outro lado, as mulheres estavam praticamente ausentes da força de trabalho em novas indústrias (como as ferrovias, máquinas, gás e eletricidade) ou em indústrias reorganizadas (como a mineração de carvão profundo e a produção de ferro e aço).

A principal consequência disso foi que a própria forma de lidar com as questões pertinentes ao mundo do trabalho tomaram caminhos diferenciados quando se tratavam de mulheres trabalhadoras. Com relação aos homens, a tradição que se impôs foi a das negociações coletivas livres entre corpos de trabalhadores e de patrões nas fábricas, ancorando-se no *laissez-faire* do capitalismo britânico – a tradição do voluntarismo, como já explicamos acima –, mas agora argumentando em prol de seus interesses enquanto trabalhadores homens provedores de suas famílias. O complemento fundamental dessa visão, que firmou tais desigualdades de gênero em bases materiais, foi o surgimento e a consolidação do chamado “salário-família”, um salário que, ganho pelo trabalhador assalariado inglês do sexo masculino, deveria ser suficiente para garantir os custos de subsistência daquele trabalhador *e de seus dependentes não-assalariados – esposa e filhos*. Boa parte das negociações salariais assumiram esse argumento como base de suas reivindicações: em 1909, o TUC e o Partido Trabalhista chegaram a debater resoluções proibindo mulheres casadas de aceitarem trabalho pago, sob a justificativa de que isso roubava empregos dos homens, tornava-as mais negligentes com relação aos seus deveres domésticos enquanto mãe e esposa e encorajava seus maridos ao ócio, pois reduziria seu impulso em procurar trabalho para sustentar sua família ou buscar por melhorias salariais,

ameaçava a própria instituição do casamento ao eliminar a dependência econômica das mulheres com relação a seus maridos (PEDERSEN, 1989, p. 98).

Quanto às mulheres, estas se dividiram entre a defesa de uma maior intervenção do Estado, mediada pela agência e fiscalização de órgãos e instituições femininas, no que tangia à legislação referente ao trabalho feminino – por conta de sua fraqueza sindical e consequente menor poder de negociação livre com os patrões –, passando pelas defensoras do *laissez-faire* nos moldes da militância masculina, até as socialistas de inspiração marxista, que viam com suspeitas a aposta em um Estado identificado com as classes dominantes. Eram caminhos paralelos e por vezes concorrentes, tendo por consequência a criação de diversos órgãos por parte do multifacetado movimento de mulheres britânico (BOSTON, 1980, p. 38), do qual a interação com as instituições clássicas do trabalhismo britânico foi apenas uma parte da sua própria história, e cujas aproximações nem sempre se deram de maneira imediata.¹²

3 – A contraofensiva burguesa e a opção pela via parlamentar.

Se de início, como vimos, a tradição que se estabeleceu no movimento sindical preconizava uma não-intervenção do Estado nos assuntos “econômicos” e, conseqüentemente, um isolamento da esfera política e jurídica vistas como inerentemente contrárias aos seus interesses, uma gama de fatores empurrou os trabalhadores ingleses para uma reavaliação parcial de suas táticas e posições no final do século XIX. A última década do século assistira à reação da burguesia industrial com a criação de inúmeras organizações patronais, como a Federação do Transporte Marítimo, a Federação dos Empregadores em Mecânica Especializada e a Associação dos Proprietários de Jornais, criadas com o intuito de se contrapor à tendência negativa da taxa de lucro no período de crise capitalista, ao mesmo tempo em que estes mesmos indivíduos galgavam postos eletivos com mais regularidade, aumentando sua força no parlamento. Como aponta Davis (2009, p. 118, tradução nossa), tal reação burguesa tinha como alvos os “novos sindicatos”, pois a resistência sindical nos ramos onde tais sindicatos eram mais fortes “estava obstruindo a determinação dos empregadores

¹² Dois grandes exemplos dessa relação contraditória foram a luta pelo direito ao voto feminino – com a qual o Partido Trabalhista estabeleceu uma relação dúbia e titubeante em muitos momentos até a conquista deste em 1918 – e a questão da igualdade salarial, igualmente tida como problemática, em especial graças a forte oposição do movimento sindical com relação a esta. Em ambos os casos, apesar da proeminência de organizações ligadas ao trabalhismo no processo, foi necessário um esforço interpartidário para que tais demandas fossem atendidas. Em ambas as questões, o argumento de fundo em defesa da manutenção do *status quo* nessas questões girava em torno da questão do modelo do homem-provedor.

em introduzir novos métodos de trabalho e cortes salariais associados ao esforço de intensificação do trabalho – a estratégia preferida, na ausência de investimento de capital, para assegurar a manutenção dos seus lucros em um mercado mundial cada vez mais competitivo”.

Disputas industriais se avolumaram, e logo uma nova forma de negociação foi acordada na década de 1890, quando uma trégua industrial entre as lideranças sindicais e os capitalistas garantia aos primeiros a primazia nas negociações e nos órgãos centrais conjuntos de negociação (que reuniam empregadores e trabalhadores negociando suas demandas antes de optar pela ação grevista), e, aos últimos, proeminência na administração do processo de trabalho (algo essencial em um período de intensa transformação interna das indústrias quanto a isso). Acordos desse tipo foram alcançados na indústria do algodão, na de calçados, na construção civil e na indústria naval (DAVIS, 2009, p. 118), reforçando o caráter negociador e conciliador dos líderes dos “novos sindicatos” em um período de ofensiva patronal.

Por outro lado, o Ato de Reforma Eleitoral de 1884, que estendeu as regras de sufrágio das cidades para as áreas rurais e, dessa forma, ampliou o contingente de eleitores provenientes da classe trabalhadora – principalmente mineiros, pois a grande maioria das minas se localizavam nas áreas rurais¹³ –, inspirou trabalhadores a tentarem se eleger para cargos representativos, de início como candidatos do Partido Liberal. Esse passo ainda era visto como uma forma de contrabalancear o equilíbrio de forças no interior da esfera política: a pretensão de um partido próprio ainda não estava no horizonte dos trabalhadores e a opção pelo “voluntarismo” com relação às disputas industriais permanecia intocada. As primeiras candidaturas “*lib-lab*”¹⁴ ocorreram ainda em 1874, com a eleição de dois mineiros, Thomas Burt e Alexander Macdonald. Seis anos depois, o já citado Henry Broadhurst, também foi eleito, e em 1892 já se tinha por volta de 15 representantes sindicalistas na Câmara dos Comuns do parlamento britânico, todos eleitos pelo Partido Liberal.

No entanto, o rápido isolamento dos parlamentares *lib-lab* no parlamento e, obviamente, no interior do próprio Partido Liberal – apesar da adaptação destes candidatos às regras do partido e às políticas deste – mostrou o limite dessa tática. Outro desenvolvimento também se mostrou crucial aqui: com a organização cada vez mais forte das

¹³ O que alcançava ao todo 60% da população masculina. As mulheres ainda não tinham direito ao voto.

¹⁴ *Liberal-Labour*, da junção entre liberais e trabalhadores.

organizações patronais e a maior incidência destas no parlamento, o poder judiciário se mostrou abertamente contrário às aspirações dos sindicatos, sendo responsável por inúmeras decisões repressivas que serviram para frear em parte a onda do “novo sindicalismo”.¹⁵ O arrefecimento da luta de classes em todas as instâncias do Estado mostrou aos trabalhadores que a aliança no interior do partido Liberal continha limites intransponíveis.

Também nos anos 1880 assistiu-se à “redescoberta do socialismo” (HOBBSAWM, 1987a, p. 257) por parte do movimento de trabalhadores: um conjunto de organizações declaradamente socialistas e/ou marxistas surgiram, dando uma nova direção aos esforços militantes dos trabalhadores organizados. Destacamos duas aqui: a Federação Social Democrática (SDF¹⁶), a primeira organização declaradamente marxista no Reino Unido, fundada por Henry M. Hyndman em 1881 e tendo entre seus membros iniciais figuras históricas do movimento de trabalhadores daquele país, como William Morris, George Lansbury – líder do Partido Trabalhista entre 1932 e 1935 –, James Connolly – republicano socialista independentista irlandês, líder da Revolta da Páscoa em 1916 – e Eleanor Aveling Marx – filha de Karl Marx e importante militante do movimento de trabalhadores, uma das idealizadoras e fundadoras da já citada WTUL, e, em um momento posterior, cofundadora da Liga Socialista junto com Morris.¹⁷ Como explica Hobsbawm (2015b, p. 319-320),

a tradição [da SDF] não era tão revolucionária como intransigente: militante, baseada firmemente na luta de classes, mas completamente incapaz de enfrentar (...) os problemas da revolta ou da tomada do poder, para os quais não havia nenhum precedente dentro da memória viva da Inglaterra. Em certo sentido as reações dos homens criados nesta tradição não eram nitidamente distintas daquelas dos antigos cartistas ou radicais da classe trabalhadora, das quais elas na verdade descendiam. (...) Em outro sentido, eles eram completamente distintos dos radicais liberais. Para eles, como para tantos cartistas, a ideia de uma *aliança* com a classe média era intolerável, embora muita concordância em determinados assuntos pudesse temporariamente lançar os liberais e os trabalhadores juntos. A ideia de que o capitalista liberal ou humanitário e o trabalhador esquerdista pertenciam ambos a um único movimento “progressista” que se empenhava contra a “reação” para melhorar a sociedade existente, os ultrajava.

A outra organização a ser mencionada é a Sociedade Fabiana, fundada nos arredores da *London School of Economics* em 4 de janeiro de 1884, base de um importante movimento

¹⁵ No caso *Lyons vs. Wilkins*, por exemplo, a Corte de Apelação britânica proibiu, em 1897, piquetes pacíficos.

¹⁶ *Social Democratic Federation*, na sigla em inglês.

¹⁷ Eleanor Marx romperia com a Liga Socialista posteriormente, discordando de sua “posição antiparlamentar e antiestado sobre a participação eleitoral” (HOLMES, 2021, p. 342). A posição a respeito da participação eleitoral foi um dos principais pontos de debate entre as organizações de trabalhadores surgidas no período.

político-ideológico, com papel destacado na fundação do Partido Trabalhista, influenciando de forma decisiva a formulação de suas políticas. A sociedade reuniu importantes nomes da intelectualidade britânica como o casal Sidney e Beatrice Webb e os escritores George Bernard Shaw, H. G. Wells e Virginia Woolf, dentre outros. Os fabianos rejeitavam a luta de classes e acreditavam na gradual evolução da sociedade, através de reformas incipientes e de forma “evolucionista”, que conduziriam gradualmente ao socialismo, com importante papel do Estado nesse processo.

Nesse contexto, em 1893, o ex-mineiro Keir Hardie foi eleito como parlamentar independente. Com uma plataforma que apoiava abertamente as demandas dos trabalhadores, Hardie, que desde o início advogava representação política dos trabalhadores independente do Partido Liberal, convocou uma conferência na cidade de Bredford para debater a fundação de um partido especificamente dos trabalhadores: o resultado dessa conferência foi a fundação do Partido Trabalhista Independente (ILP¹⁸), liderado pelo próprio Hardie. Com um projeto de se tornar um partido de massas baseado na classe trabalhadora, inspirado no “novo sindicalismo” e buscando transformações substanciais na sociedade com relação a condição dos trabalhadores, o ILP desde o início se voltou para formar o que Hardie chamou de “Aliança Trabalhista”: a união dos socialistas do ILP com a base industrial e o seu órgão máximo, o TUC. No entanto, tal iniciativa sofreu oposição de representantes do TUC, ainda profundamente hostis a ideia de um partido especificamente operário, vendo no Partido Liberal o melhor caminho para as reformas graduais e inevitáveis que beneficiariam a classe trabalhadora.

Com o tempo, no entanto, o comprometimento ideológico e político do Partido Liberal com a propriedade e a iniciativa privadas e o *laissez-faire* se chocava com os preceitos do ILP, e a inatividade do primeiro com relação aos problemas concernentes à classe trabalhadora cada vez mais afastou a base sindical desse partido. Ao mesmo tempo, a realidade mostrou-se dura para o ILP, que se defrontou com uma marginalidade pouco efetiva no parlamento. Em fevereiro de 1900, o inevitável aconteceu: em uma conferência que reuniu representantes do TUC, da SDF, da Sociedade Fabiana e do ILP, foi fundado o Comitê de

¹⁸ *Independent Labour Party*, na sigla em inglês.

Representação Trabalhista (LRC¹⁹) que tinha por objetivo promover e coordenar esforços no sentido de estabelecer

um grupo distinto de representantes dos trabalhadores no Parlamento, que deverá ter o seu próprio líder de bancada e ter acordo quanto às suas políticas, que devem abarcar prontidão no sentido de cooperar com qualquer partido que se mostre comprometido em promover legislações favoráveis aos interesses diretos dos trabalhadores (*Labour Representation Committee Conference Report, 1900*, p. 12 *apud* MILIBAND, 1979, p. 19, tradução nossa).

O julgamento de Taff Vale em 1901 serviu para explicitar ainda mais a necessidade de uma representação específica e independente por parte dos trabalhadores: na decisão do caso que versava sobre uma greve de ferroviários, a Câmara dos Lordes decidiu pela imposição de multas ao sindicato envolvido na disputa, o que atacava de frente o *status* e os direitos legais conquistados pelos sindicatos no século XIX, que os eximia de sofrerem danos financeiros. Tal ataque aos recursos dos trabalhadores se constituiu em mais uma prova do posicionamento dos poderes britânicos frente às disputas classistas, reforçando o sentimento de inadequação do Partido Liberal às aspirações trabalhistas, o que acabou por impulsionar uma grande leva de filiações ao LRC.

Ao reunir organizações de posicionamentos tão plurais, o LRC, apesar de se apresentar como um corpo novo e independente da ala esquerda do partido Liberal ao qual os primeiros representantes *lib-lab* estavam vinculados, permaneceu fiel à tradição liberal-radical do século XIX da classe trabalhadora, “que buscou repetidamente a melhoria das condições da classe trabalhadora através do envolvimento nas estruturas parlamentares existentes, e que consistentemente rejeitou formas mais violentas e radicais de comportamento político” (COATES, 2009, p. 5, tradução nossa). Desde o início a ala do ILP no interior do LRC se mostrou comprometida em manter e expandir a coalizão, mesmo que isso significasse em um primeiro momento desarticular suas próprias propostas e aspirações socialistas, ainda mais depois de ver o exemplo da SDF, que propôs que o LRC declarasse que a atuação dos representantes do agrupamento no parlamento “se basearia no reconhecimento da guerra de classes e teria como objetivo último a socialização dos meios de produção, distribuição e troca” (*Labour Representation Committee Conference Report, 1900*,

¹⁹ *Labour Representation Committee*, na sigla em inglês.

p. 11 *apud* MILIBAND, 1979, p. 17, tradução nossa) e recebeu adesão apenas dos filiados à própria SDF.

No entanto, a posição do ILP também tinha características muito específicas: ao recusar a proposta do SDF de guerra de classes, o Partido Trabalhista Independente expressava politicamente, ainda que de forma implícita, a convicção de que “não havia diferenças irreconciliáveis na sociedade, que a política não era uma guerra civil conduzida por outros meios, que havia espaço para negociação com oponentes que não eram necessariamente inimigos, e que acordos eram não apenas necessários, mas até desejáveis” (MILIBAND, 1979, p. 18, tradução nossa). A visão reformista e gradualista de Hardie era mais palatável para os outros grupos que compunham o LRC, como os próprios sindicatos filiados ao TUC, além da Sociedade Fabiana. Tal posicionamento batia de frente com o da SDF e esta, ao sofrer sucessivas derrotas na conferência a respeito de tais questões, abandonou o LRC em agosto de 1901, o que representou para Ramsay MacDonald, secretário do comitê e futuro líder trabalhista, “o reconhecimento franco do completo fracasso do movimento marxista na Inglaterra” (MILIBAND, 1979, p. 21, tradução nossa). Já para Hardie, “a propaganda do ódio de classe não é algo que criaria raízes nesse país (...) Se conseguíssemos implantar o socialismo nas linhas da SDF, tudo mudaria – mas para pior”.²⁰

Uma situação em específico ainda demandava resolução: a relação com o Partido Liberal e das candidaturas *lib-lab*. Na primeira eleição após a formação do LRC, ainda em 1900, dos quinze candidatos lançados pelo comitê, os únicos que não disputaram com candidatos *whigs* em sua zona eleitoral foram eleitos: o já mencionado Keir Hardie, e Richard Bell, secretário do Sindicato dos Ferroviários. Tal resultado reforçou a ideia de que, se as candidaturas *lib-lab* haviam perdido o sentido com a fundação do LRC, uma concorrência aberta com os liberais nesse primeiro momento em nada ajudaria na expansão da representação trabalhista. É importante lembrar que, em 1901, a porcentagem de trabalhadores sindicalizados não ultrapassava a marca de 15% (HOBBSAWM, 1987a, p. 259), e menos da metade destes de fato optara pelo voto no LRC, com o voto da grande maioria de trabalhadores se diluindo entre liberais e conservadores. Sendo assim, a decisão de Hardie e MacDonald – as mais importantes figuras do LRC – foi a de buscar um acordo com os Liberais

²⁰ POIRIER, P. P. *The Advent of the Labour Party*, Londres, 1958 *apud* MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 21, tradução nossa.

para não concorrerem eleitoralmente entre si. Tal decisão forçosamente excluía os candidatos do LRC mais à esquerda, já que nessa aliança informal e secreta, o campo de força ideológica claramente gravitava em torno do liberalismo de Gladstone, reforçando a atração da maioria dos líderes sindicais ao programa de reforma social dos *whigs*.²¹ Como resultado, o acordo, “em nível nacional, manteve o Partido Trabalhista no parlamento como um leal vassalo que não ousava desagradar o governo liberal” (COATES, 2009, p. 10, tradução nossa).

Em termos eleitorais, a tática colheu resultados na eleição seguinte em 1906, com a eleição de 29 candidatos da representação trabalhista – dos quais apenas cinco concorreram contra candidatos liberais –, dentre eles figuras que ganhariam proeminência nos anos seguintes, como os já citados MacDonald e Hardie, além de Arthur Henderson, David Shackelton,²² Philip Snowden e J. R. Clynes. Somando-se aos 24 candidatos da última e derradeira leva *lib-lab*,²³ a bancada com representantes dos trabalhadores em sua segunda disputa eleitoral já alcançara um quantitativo surpreendente, mas que pouco pôde fazer perante a avalanche das 397 cadeiras conquistadas pelos Liberais. Um dos sintomas dessa eleição foi a já aparente hegemonia do LRC em um campo parlamentar ainda diluído da esquerda: nenhum dos 13 candidatos socialistas independentes de fora do LRC – aí incluídos os oito da SDF pós-rompimento com o comitê – foi eleito. Na primeira reunião no novo Parlamento, os parlamentares do LRC decidiram mudar o nome do comitê para “Partido Trabalhista”, adotando o nome a partir dali e tendo Keir Hardie como líder.

Conclusão

O que propomos com esse artigo é pensar o reformismo político para além da maneira como ele é usualmente abordado: qual seja, a partir da ênfase na assimilação política das demandas dos trabalhadores e da redução do seu horizonte revolucionário ou transformador por conta da melhora no padrão de vida de parte da classe trabalhadora inglesa. Nosso argumento é que tal reformismo só tem seu significado plenamente apreendido quando visto para além da chave estritamente classista/economicista cega para o

²¹ Os governos liberais de Campbell-Bannerman (1905-1908) e Asquith (1908-1916) foram responsáveis por implementar inúmeras reformas sociais, das quais destacamos a introdução de refeições (1906) e de inspeção médica obrigatórias nas escolas (1907); aposentadorias (1908); reforma do imposto de renda (1909); criação de agências de emprego e introdução de administração estatal nas *sweat shops* (1909); e por fim, a introdução do seguro nacional de saúde e do seguro-desemprego (1911).

²² Os quatro primeiros já haviam tentado, sem sucesso, se candidatar ao Parlamento pelo Partido Liberal na década de 1890.

²³ Nos dois anos seguintes, esses candidatos, entre os quais 14 mineiros, votaram pela afiliação ao LRC.

gênero. A hipótese central é que as alterações fundamentais nas relações entre os gêneros advindas do capitalismo industrial e agravadas no período do imperialismo – materializadas no modelo do homem provedor e no salário-família – integraram de maneira nuclear esse reformismo.

Isto significa argumentar que a adesão de determinada parcela da classe trabalhadora – a de homens brancos mais bem posicionados na hierarquia industrial – ao reformismo, se esteve vinculada às vantagens materiais imediatas, também teve indispensáveis substratos ideológicos quanto ao valor e o papel do homem branco na sociedade vitoriana. Tais vantagens e substratos, garantidos em lei e chancelados pelo Estado, são resultado de contradições intestinas ao sistema capitalista, mas a forma específica que assumiram na formação social inglesa guarda relação direta com a correlação entre as forças sociais em disputa e, principalmente, com o contínuo e multilinear processo de fundação e refundação da classe trabalhadora naquela formação social.

Percebemos como o surgimento da ideia de separação entre as esferas produtiva e reprodutiva e a sua delimitação em termos de gênero – resultado da expansão da industrialização, como vimos – foi um processo histórico que envolveu conflitos entre atores sociais com experiências e objetivos que acabaram se mostrando até certo ponto distintos, colocando em xeque as análises anteriores que tinham por pressuposto implícito a ideia de que a classe trabalhadora era um ente homogêneo com interesses comuns que se sobreporiam às divisões de gênero no interior desta. Ao contrário, nesse período tal coincidência de interesses nem sempre foi a tônica do movimento trabalhista naquele país, marcando desenvolvimentos ulteriores de suas principais instituições organizativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSTON, Sarah. *Women Workers and Trade Unions*. Londres: Davis-Poynter, 1980.

CLARK, Anna. The New Poor Law and the Breadwinner Wage: Contrasting Assumptions. *Journal of Social History*, Winter, 2000, Vol. 34, No. 2 (Winter, 2000).

COATES, David. *The Labour Party and the Struggle for Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DAVIS, Mary. *Comrade or Brother? A History of the British Labour Movement*. Londres: Pluto Press, 2009.

FOSTER, John. *Class Struggle and the Industrial Revolution: Early industrial capitalism in three English towns*. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1977.

- FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Opression*. Londres: Pluto Press, 2017.
- HOBBSBAWM, Eric J. Tendências do movimento trabalhista inglês desde 1850. In: HOBBSBAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- HOBBSBAWM, Eric J. Hyndman e a FSD. In: HOBBSBAWM, Eric J. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo: 2015b.
- HOBBSBAWM, Eric J. A formação da cultura da classe operária britânica. In: HOBBSBAWM, Eric J., *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 1987a.
- HOBBSBAWM, Eric J. O fazer-se da classe operária, 1870-1914. In: HOBBSBAWM, Eric J., *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 1987b.
- HOLMES, Rachel. *Eleanor Marx: uma vida*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism: Between market, class and society*. Londres: SAGE Publications, 2001.
- KIRK, Neville. *The Growth of Working-Class Reformism in Mid-Victorian England*. Londres: Croom Helm, 1985.
- JORDAN, Ellen. The Exclusion of Women From Industry in Nineteenth-Century Britain. *Comparative Studies in Society and History*, v. 31, n. 2, apr., 1989, p. 273-296.
- LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. "Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives". *Annu. Rev. Sociol.* 15, 1989.
- MILIBAND, Ralph. *Parliamentary Socialism A Study in the Politics of Labour*. Londres: Merlin Press, 1979.
- NARDINELLI, Clark. Child Labor and the Factory Acts. *The Journal of Economic History*, v. 40, n. 4, dec., 1980, p. 739-755.
- PEDERSEN, Susan. The Failure of Feminism in the Making of the British Welfare State. *Radical History Review*, 43, 1989.
- PELLING, Henry. The Working Class and the Origins of the Welfare State. In: PELLING, Henry. *Popular Politics and Society in Late Victorian Britain*. Londres: Macmillan Press, 1968.
- REDFERN, Neil. *Social-Imperialism in Britain: The Lancashire Working Class and Two World Wars*. Chicago: Haymarket Books, 2020.
- ROSE, Sonya O. *Limited Livelihoods: gender and class in Nineteenth Century England*. California: University of California Press, 1993.
- SECCOMBE, Wally. Patriarchy stabilized: The construction of the male breadwinner wage norm in nineteenth-century Britain. *Social History*, 11:1, 1986.
- THOMPSON, Dorothy. Women and Nineteenth-Century Radical Politics: A Lost Dimension. In: THOMPSON, Dorothy. *Outsiders: class, gender and nation*. Londres: Verso, 1993.

VOSKO, Leah F. *Managing the margins: gender, citizenship and the international regulation of precarious employment*. Oxford: Oxford University Press, 2010.